



**MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**

**Assembleia Municipal**

**ATA Nº 6/2022**

**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONDEIXA-A-NOVA**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**26/09/2022**



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 14 horas e trinta minutos realizou-se, no Auditório do Museu PO.RO.S, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----1. Intervenção do Público. -----

-----2.Período Antes da Ordem do Dia.

-----2.1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 27 de junho de 2022; -----

-----2.2. Análise do expediente e informações; -----

-----2.3. Intervenções dos membros da Assembleia.-----

-----3.Ordem do Dia.-----

-----3.1. Tomada de conhecimento do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira a 30 de junho de 2022.-----

-----3.2. Apreciação e Votação da Modificação dos Documentos Previsionais - 4.<sup>a</sup> Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.-----

-----3.3. Apreciação e Votação da Proposta para a Aplicação de Taxas de Derrama no Município de Condeixa-a-Nova a cobrar no ano 2023. -----

-----3.4. Apreciação e Votação das Propostas para a Fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar no ano de 2023 - Taxa Genérica – Redução para Agregados Familiares e Majorações e Minorações Diversas.-----

-----3.5. Apreciação e Votação da Proposta relativa à participação variável no IRS a cobrar no ano de 2023. -----

-----3.6. Apreciação e Votação do Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – SAAS do Município de Condeixa-a-Nova. -----

-----3.7. Apreciação e votação da Proposta de Regimento do Conselho Municipal de Saúde.-----

-----3.8. Apreciação e Votação do Projeto de Regulamento do Museu PO.RO.S – Portugal Romano em SICÓ. -----

-----3.9. Protocolo de Cooperação celebrado entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Condeixa-a-Nova - Constituição da Equipa para a Igualdade na Vida Local de Condeixa (EIVL) – Indicação de representantes da Assembleia Municipal, para integrar a EIVL.-----

-----3.10. Tomada de conhecimento da listagem dos contratos plurianuais celebrados no período de 16 de junho a 15 de setembro de 2022, nos termos do número 4 do artigo 6º das Normas de Execução Orçamental. -----

-----3.11. Apreciação da informação do senhor Presidente da Câmara, nos termos do nº 2 da alínea c) do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----De seguida e depois de ter feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes membros que constituem este Órgão, a saber: -----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----António José Barata Figueiredo; -----  
-----Maria Alice Marques Silvério; -----  
-----João Miguel de Matos Alves Santos Viais; -----  
-----Diana Pereira dos Santos; -----  
-----Marília Tomé Pedroso dos Reis Torres; -----  
-----Albano José Simões Leandro; -----  
-----Nuno Ricardo Gonçalves Gaspar; -----  
-----Luís Miguel Manaia Caridade; -----  
-----Helena Maria da Fonseca de Almeida Diogo; -----  
-----Miguel Simões da Fonte Pessoa; -----  
-----José António da Silva Martins Cura; -----  
-----Eduardo José Lopes Alcouce; -----  
-----Jorge Filipe Nunes Gonçalves; -----  
-----Gisela Patrícia Duarte de Almeida; -----  
-----Sílvia Marina Marques Teixeira; -----  
-----Laurinda da Costa Pereira; -----  
-----José Luís Sousa Rebelo; -----  
-----Tiago António Marques Picão; -----  
-----João Miguel Duarte de Brito; -----  
----- Nelson Michael Dias Simões; -----  
-----Ana Paula Félix Lopes Ribeiro (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Anobra); -----  
-----Rodolfo Daniel Alves Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Ega); -----  
-----Carla Isabel Manaia Gaspar (Presidente da Junta de Freguesia de Furadouro); -----  
-----Vítor Luís Donário Teixeira (Presidente da Junta de Freguesia de Zambujal); -----  
-----Paulo Jorge da Silva Simões (Presidente da União das Freguesias de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha); -----  
----- Maria João Fonseca (em substituição do Presidente da União das Freguesias de Sebal e Belide); -----  
-----Jorge Manuel Lucas de Almeida (Presidente da União das Freguesias de Vila Seca e Bendafé). -----  
-----O senhor Presidente da Assembleia verificou assim que não se encontrava presente na sessão o membro Diogo Miguel da Costa Gomes, tendo a respetiva falta sido injustificada. --  
-----Estiveram também presentes nesta sessão o senhor Presidente da Câmara, Nuno Moita da Costa, o senhor Vice-Presidente António Lázaro Ferreira e os senhores Vereadores Ana Teresa Gomes de Oliveira Manaia, Carlos Manuel Oliveira Canais, Nuno Mendes Claro e Silvino Dias Capitão. -----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----O senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra, começando por dar nota de que, tal como informado aquando do envio da ordem de trabalhos e respetiva documentação para a presente Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, devido a questões técnicas, o local de realização da respetiva Assembleia Municipal teve de ser alterado do Salão Nobre [cujo sistema de som colapsou] para o Auditório do Museu PO.RO.S., de modo a garantir a utilização do sistema aqui existente. Como todos sabem, temos que ter as condições mínimas de captação de som, o qual constitui um apoio necessário e imprescindível à elaboração das atas das respetivas sessões. -----

-----Antes de dar início à ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia endereçou institucionalmente os seus parabéns ao senhor Vereador Nuno Claro e ao senhor deputado Miguel Pessoa, que hoje celebram mais um aniversário e que, mesmo assim, fazem questão de marcar aqui presença. Mais referiu, que todos nos congratulamos com essa data e desejamos a ambos as maiores felicidades, com os votos de que tenham um excelente dia, também aqui na Assembleia Municipal, adiantando que certamente todos se juntam a estes votos. -----

**1. Intervenção do Público**

-----Não se registando a presença de público, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

**2. Período Antes da Ordem do Dia**

**2.1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 27 de junho de 2022**

-----O senhor Presidente da Assembleia registou que recebeu uma alteração proposta pelo Deputada Helena Diogo, cujo conteúdo do email enviado se transcreve: -----  
*“A deputada Helena Diogo solicitou então uma intervenção ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, começando por mencionar que, em 2019 e 2020, quando surgiu a Lei das Transferências de Competências, todas as Juntas de Freguesia de Condeixa decidiram não aceitar qualquer das competências previstas nesta Lei, nomeadamente nas áreas da educação, ação social, proteção civil, entre outras, uma vez que não possuíam meios humanos e conhecimentos técnicos adequados às diversas áreas, mantendo-se os Acordos de Execução existentes à época. Nestes Acordos eram definidas verbas que a Câmara transferia para as Juntas de Freguesia, para que estas procedam às limpezas em determinadas estradas, espaços envolventes a escolas e pequenas reparações, (...). Prosseguiu, afirmando que as Assembleias de Freguesia, sob proposta dos respetivos Executivos, podem transmitir à Câmara o interesse em receber competências em alguma das outras áreas, sendo essas*



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

*transferências negociadas com o Município. Na eventualidade de existir algum acordo nesse sentido, o mesmo deverá ser comunicado ao Ministério da Administração Interna que, por sua vez, o fará refletir adequadamente no mesmo no Orçamento de Estado.”.-----*

-----A mencionada proposta foi acatada e inserida na ata a que diz respeito, pelo que, não havendo mais notas a apresentar, o senhor Presidente da Assembleia colocou a ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia deixou uma nota de agradecimento aos senhores secretários da mesa pelo seu trabalho complexo de redação desta ata.-----

-----Tendo sido questionado acerca da ausência da apresentação da ata da sessão extraordinária de 27 de julho, o senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a mesma ainda não estava pronta, mas que a mesma será rapidamente remetida, aquando do envio da próxima ata (referente à presente sessão da Assembleia Municipal). Solicita assim a compreensão dos senhores e senhoras deputados pelo facto.-----

-----O senhor deputado Nuno Gaspar questionou a mesa acerca de uma publicação nas redes sociais, referente a excertos da ata da sessão da Assembleia Municipal, a qual está agora mesmo a ser aprovada, questionando como é que isso pode ser possível. Alerta, pois, para esta situação, a qual, no seu entender, não deve acontecer. -----

-----Em resposta, o senhor Presidente da Assembleia começou por referir que não está a par do assunto a que o senhor deputado Nuno Gaspar se está a referir, uma vez que não usa Facebook, pelo que não tem conhecimento de qualquer publicação existente (não sabendo, sequer, se essa publicação terá sido feita através de Facebook). De todo o modo, esta é uma casa de deliberação e as deliberações estão no topo da hierarquia de importância de uma qualquer organização. Custa-lhe até saber que tal coisa tenha acontecido, questionando como é que é possível tal situação. Aproveita assim para dar uma nota muito clara a propósito deste assunto: os membros desta Assembleia têm o dever de recato, de decoro e de respeito pelas normas mais básicas, como é o caso do dever de sigilo quando os documentos estão em tratamento. Note-se que estaremos a falar de extratos de uma ata antes da mesma ser aprovada. Coisa diferente é a divulgação, por quem tenha estado presente numa sessão da Assembleia Municipal, de qualquer facto que se tenha passado numa Sessão da Assembleia Municipal e tenha sido transmitido fora dela, uma vez que as sessões são públicas. Distinta dessa situação é a divulgação de um documento que é remetido em rede exclusiva aos membros de um órgão municipal. Este não pode de maneira algum ser divulgado e exposto, sem estar devidamente chancelado pela Assembleia como um documento oficial. Isto é algo completamente impensável pelo que solicita aos membros desta Assembleia que tal facto não volte a acontecer, porque é de alguma gravidade. Trata-se de um documento não oficial e que está a ser tratado dentro de um ambiente a que está sujeito a sigilo. Isto é absolutamente fundamental. -----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----Por fim, reiterou que não tem conhecimento pessoal desta divulgação, mas não tem razões para duvidar das palavras do deputado Nuno Gaspar, pelo que deixa este alerta aos senhores deputados. -----

**2.2. Análise do Expediente e Informações**

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que no dia 17 de setembro teve lugar um Encontro Nacional de Autarcas, em Viseu, promovido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde ele próprio esteve presente, assim como o senhor Presidente e o senhor Vice-presidente da Câmara Municipal. Neste encontro deu-se nota do processo das delegações de competências, falando-se também da regionalização, considerando importante a discussão do ponto de situação deste processo nas diversas autarquias do país, para que se ganhe alguma escala naquilo que são as reivindicações dos autarcas e daquilo que vai sendo traçado centralmente, bem como daquilo que pode, e deve ser ajustado, numa perspetiva de quem está no terreno, como é o caso das Câmaras Municipais. Após esta informação, o senhor Presidente da Assembleia Municipal convidando o senhor Presidente da Câmara Municipal a acrescentar alguma coisa a esta nota. -----

-----O senhor Presidente da Câmara aproveitou então para informar que, tal como referido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Encontro Nacional de Autarcas foi promovido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, na qual Condeixa esteve presente e estando ele próprio presente, na qualidade de membro da Direção desta entidade. -

-----Adiantou que este foi um encontro cujos temas vêm na sequência das negociações que houve entre a ANMP e o Governo relativas ao processo de descentralização, nomeadamente nas áreas da Educação e Saúde, em que se verificou um conjunto reivindicativo das autarquias, muito motivado pelas alterações que se têm verificado ao nível dos aumentos dos custos da matéria-prima, assim como da energia, que afeta a Educação e, em particular, os custos das refeições escolares e as obras que têm que se fazer nas escolas. Houve assim esse acordo, que foi público, e que levou à presença do primeiro-ministro e de mais cinco ministros na Associação Nacional de Municípios, acordo esse que inclui prazos para a publicação de decretos regulamentares, por exemplo para o setor dos transportes escolares. Também nesse acordo ficou estabelecido um conjunto de edifícios escolares que vão ser intervencionados pela Administração Central, sendo estes cerca de 400, nos quais está incluída a Escola Secundária Fernando Namora (ESFN), a qual também precisa de intervenção e reabilitação e, portanto, também está incluída nesse naipe. Adiantou que a Câmara está agora a fazer o projeto técnico, aguardando assim que chegue o financiamento devido, sendo esta uma das prioridades principais. Esclarece que há três tipos de prioridades e a ESFN está na prioridade dois. Aquelas que estão na prioridade um são cerca de 30 e são aquelas que estão mesmo em muito mau estado e serão intervencionadas primeiro, pelo que a ESFN



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

demorará cerca de dois, três anos a ser intervencionada. Por outro lado, nesse acordo ficou também estabelecido um preço mínimo de apoio na refeição escolar de 2,75€, quando o valor antes era de 1,46€, sendo este também um apoio da Administração Central na área da Educação, ciente que está da sua necessidade por parte das autarquias. -----

-----No que concerne à área da Saúde, também houve um conjunto de questões estabelecidas, desde matérias mais corriqueiras, como seja a questão de definir quem é que pode conduzir os veículos das Unidades de Saúde Familiar e dos Centros de Saúde; se os funcionários autárquicos se os funcionários de saúde. Também se trataram assuntos de obras, que estão igualmente estabelecidas num conjunto de prioridades, as quais não abrangem ainda as Unidades de Saúde Familiar [USF]; sendo certo que a nossa USF não carece ainda de obras estruturais; necessitará, sim, mais tarde, de obras de manutenção. Portanto, esses valores foram também estabelecidos nesses acordos. -----

----- Apesar da Direção da ANMP ter ouvido previamente todos os Autarcas e todas as Comunidades Intermunicipais [CIM], num trabalho de quase meio ano, na sequência desses acordos, a Associação Nacional de Municípios achou por bem fazer um encontro nacional de autarcas, onde estes assuntos fossem discutidos. -----

-----Este encontro teve lugar também para se discutir outro ponto que foi a Lei das Finanças Locais, que, como sabem, também já tem de ser atualizada, bem como o Fundo Social Municipal, relativamente ao qual o Governo deve cerca de 100 milhões de euros (apesar deste montante já estar previsto em Orçamento de Estado). Daí, chegou-se à regionalização, conforme o senhor Presidente da Assembleia Municipal já deu conta, e à necessidade da mesma, com diversas opiniões expressadas, umas a favor, outras contra, tendo sido uma discussão ampla com cerca de 45 intervenções. -----

-----Adiantou ainda que ele próprio teve uma intervenção, tendo abordado em primeira linha uma questão que é a necessidade de revisão do Estatuto do Eleito Local, questão esta que posteriormente foi alvo de outras intervenções. Este estatuto, como sabem, é do ano de 1987 (há pessoas nesta Assembleia com menos idade que o Estatuto) e, portanto, está completamente desatualizado e desfasado das realidades atuais, não só ao nível das competências e não só agora, com a transferência das mesmas. Já antes, a Lei da Proteção Civil e a Lei das Finanças Locais trouxeram um conjunto de competências novas, as quais já não se adequam com o atual estatuto. Este, apesar de já ter sofrido modificações ao longo dos anos, estas têm sido no sentido de retirar coisas e não no de atribuir coisas. Este estatuto tem assim ainda normas completamente extraordinárias, como seja o direito de uso e porte de arma. Não tem, no entanto, uma adaptação à atual realidade, o que cria alguns equívocos na atividade autárquicas e constrangimentos, até do ponto de vista da proteção legal, da utilização de viaturas, da utilização de comunicações (basta lembrar que não havia telemóveis em 1987). -----

-----Tudo isso cria interpretações legais que são difíceis. -----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----Por outro lado, falou também da necessidade do Governo ter um plano de intervenção específico para as autarquias locais, que permita fazer face aos aumentos extremos que se têm verificado, nomeadamente na energia e combustíveis (Condeixa, por exemplo, terá um aumento de custos a esse nível, de cerca de meio milhão de euros). Sabe que o dinheiro não dá para tudo, mas, da mesma maneira que existe um plano específico para as empresas, tem que haver também um específico para as autarquias locais, sob pena de podermos entrar em rotura financeira, se esta escalada de preços continuar. -----

-----Essa nota foi, portanto, apresentada e ficou depois no Resumo do encontro. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia fez também uma nota relativamente a este Resumo que o senhor Presidente da Câmara acabou de falar do que de mais relevante se passou no Encontro de Autarcas, referindo que ainda não teve acesso ao respetivo documento. Solicitou assim, que quando o senhor Presidente da Câmara o receber lho remeta, para que o possa divulgar por todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Aproveitou para dar conta que no ponto 3.1 da Ordem de Trabalhos que foi remetida por email aos senhores deputados da Assembleia Municipal se verifica uma gralha, pois não se trata da Tomada de conhecimento do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira de 30 de junho de 2021, mas sim do ano de 2022. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia questionou então se havia mais alguma questão a colocar antes da Ordem do Dia. Não havendo questões, o senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte dos trabalhos. -----

### **2.3. Intervenções dos Membros da Assembleia Municipal**

-----O deputado Luís Caridade deu início à sua intervenção, apresentando, em nome da bancada do PS, um conjunto de questões que gostaria de ver esclarecidas. -----

-----Neste contexto de início do ano letivo, no passado dia 15 de setembro, questiona como é que o mesmo está a decorrer, nomeadamente as principais dificuldades, associadas também a um pequeno balanço sobre a transferência de competências na área da Educação. Por outro lado, pergunta se já há alguma ideia ou algum estudo sobre se o valor que está contemplado no Orçamento de Estado permite ou não garantir aquilo que são os custos previstos nesta área.-----

-----Gostaria também, ainda nesta área de educação e formação profissional, de valorizar e enaltecer mais um ano em que o executivo disponibiliza de forma gratuita para o 1º ciclo os livros de fichas, mas sobretudo esta licença anual da Porto Editora para acesso à escola virtual para todos, desde o pré-escolar até ao 12º e que permite a todos os alunos do nosso município, independentemente de onde eles vivam, poderem ter acesso a esta informação, o que muito nos apraz. -----





**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----Ainda nesta área e porque estamos a iniciar este novo letivo e tinha sido lançado o repto no ano letivo anterior, questiona qual o ponto de situação da instalação de desfibriladores automáticos externos - DAE e da formação em primeiros socorros e suporte básico de vida, sendo que a informação que tiveram, aquando da última Assembleia Municipal era que eles iam ser instalados em agosto. -----

-----No âmbito das freguesias e da coesão territorial, foi aprovado no final do ano passado um apoio financeiro a duas associações da Freguesia da Ega (Rebolia e Serrazina), dada a ausência de cobertura de fibra ótica nesses locais, para apoio para a sua instalação. Gostaria de perceber, não só nestes locais, mas também em outros que não são ainda servidos pela rede de fibra ótica, qual o ponto de situação deste assunto. -----

-----Ainda nesta temática, têm vindo a ser feitos vários trabalhos de reposição de árvores pelo Concelho, mas em particular na Quinta do Barroso, referindo que existem espaços, há vários meses, com pedras levantadas sem que nenhuma árvore fosse plantada e nos locais onde se plantaram árvores ainda não foram concluídos os trabalhos, questionando assim se esta situação irá demorar muito mais tempo. -----

-----No que diz respeito à gestão organizacional e financeira, questiona qual está a ser o impacto da subida da inflação, sobretudo com o aumento da energia, nas contas do Município, gostaria de perceber se o senhor Presidente da Câmara antevê algum impacto direto ou pode pôr em causa algumas obras planeadas em PPI. Reforça também a posição de charneira que o senhor Presidente da Câmara de Condeixa teve, mesmo antes da posição da ANMP, de poder lembrar e reforçar uma visão global e autárquica que é necessário ter em medidas de combate à inflação. Registamos todos como importantes essas palavras e espera que tenham algum desiderato. -----

-----Ao nível do desporto e da vida saudável, questiona qual o ponto de situação das obras de requalificação da piscina municipal da Ega e se já foi possível encontrar uma empresa para a elaboração do projeto de requalificação. -----

-----Relativamente à questão da cultura e património, pergunta como está a decorrer o MUSAS - Festival das Artes de Conimbriga, do qual teve conhecimento que tem tido bastante afluência. -----

-----Terminou a sua intervenção, mencionando que se verificou mais uma vez que o concurso da empreitada para o "Turismo - Caminho do futuro para a qualificação do Castellum de Alcabideque e Logradouro" ficou vazio, pela segunda vez consecutiva, pelo que questiona, dada a importância da obra, qual é a estratégia que o Município vai ter agora, ainda que esteja condicionado a empreiteiros que queiram assumir a empreitada, para que esta seja executada de facto. -----

-----O deputado João Brito deu início à sua intervenção, informando que receberam por parte de alguns encarregados de educação, relatos menos bons acerca do funcionamento das nossas escolas. Bem sabe que de há uns anos para cá o Agrupamento de Escolas de



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

Condeixa está sobrelotado pelo elevado número de alunos no concelho. Sabem também que a Direção do Agrupamento tem tido muitas dificuldades em encontrar salas disponíveis para todas as turmas. Chegam-lhes relatos que este ano há turmas a ter aulas em refeitórios ou em salas de alunos, bem como laboratórios sem capacidade, situações que em pleno século XXI são inconcebíveis. Perante estas situações questiona-se, sendo a Câmara Municipal de Condeixa titular e responsável pelos equipamentos educativos, o que está a ponderar fazer ou a ser feito, de forma a ultrapassar estas situações desagradáveis. -----

-----Ainda sobre o mesmo tema da Educação e abordando a descentralização das competências, temos conhecimento de que em todos os concelhos do distrito de Coimbra delegaram as competências nos diretores dos Agrupamentos Escolares respetivos, sendo em alguns casos a totalidade de competências e, noutros, uma parte bastante significativa. Sabendo que em Condeixa isso não acontece, gostaria de saber qual a razão. Sendo o Diretor do Agrupamento um profundo conhecedor do Agrupamento que dirige, com histórico e provas dadas de competência, resultados alcançados e dinâmica incutida, que conta com o apoio e apreço dos encarregados de educação, porque motivo não delega a Câmara Municipal no Diretor do Agrupamento a totalidade das competências da Educação, tal como ocorre em quase toda a plenitude dos concelhos da nossa região?-----

-----Aproveita ainda, dentro da temática da Educação, para congratular todos os presidentes de Juntas de Freguesia pela oferta dos kits escolares aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico. No entanto, é preciso uniformizar os critérios de entrega pois, se numas juntas a entrega é feita nas escolas, noutras é nas sedes das Juntas de Freguesia, mediante a apresentação de comprovativo de morada. Por outro lado, os alunos que vivem numa freguesia mas frequentem outra escola não têm direito a esse kit, pelo que há que rever os critérios e há que os uniformizar, para que não se voltem a repetir estas diferenciações. -----

-----Ainda no âmbito da Educação, congratulamos o Município pela oferta dos livros de fichas aos nossos alunos. No entanto e, neste caso, só a título de curiosidade, questiona quanto custa ao Município esta oferta.-----

-----Relativamente a um evento que ocorreu durante este mês de setembro e que foi também um projeto vencedor do Orçamento Participativo de 2021 – Festival Rock dos Romanos, parabemiza toda a organização pela forma como decorreu o festival, acreditando que os objetivos a que se propuseram foram cumpridos e que as expectativas foram alcançadas e até mesmo ultrapassadas. Com uma equipa jovem e dinâmica, com muita vontade de fazer acontecer, deixaram uma boa imagem de organização e capacidade de trabalho, no sentido de tornar este um evento de alcance nacional e até mesmo internacional, pois o seu potencial de crescimento é enorme. Obviamente, há que saber gerir recursos e expectativas e ser sustentável. A organização estima que tenham passado pelo recinto cerca de 1.500 visitantes, grande parte, se não a maioria, vindos de outros pontos do país, o que demonstra bem a amplitude que um evento destes pode ter em projetar o nosso Concelho e até mesmo o



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

impacto positivo que pode ter na economia local, tal como acontece em outros festivais do género, noutras partes do país.-----

-----Congratula ainda algumas entidades públicas, no âmbito deste Festival, como seja a Câmara Municipal de Condeixa, assim como a União de Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova, pelo apoio prestado neste evento. No caso da União de Freguesias, na pessoa do senhor Presidente Paulo Simões, pela disponibilização de meios técnicos e humanos durante as montagens e desmontagens e preparação do espaço. Provavelmente por motivos de agenda, este ano não foi possível à organização contar com a presenças do senhor Presidente da Câmara Municipal, ato que vinha a acontecer nas últimas edições e que muito valorizava o evento. Entretanto, já existem datas anunciadas para a realização deste Rock dos Romanos no ano de 2023 e será desejo de todos que o mesmo se continue a realizar no nosso Concelho. Resta-lhe desejar à organização toda a sorte para que continue a fazer um bom trabalho.-

-----O senhor Presidente da Assembleia solicitou mais uma vez aos senhores deputados o favor de remeterem à mesa os documentos escritos referentes às suas intervenções que, como é natural, ajudam bastante à elaboração das atas destas sessões.-----

-----A Deputada Alice Silvério iniciou a sua intervenção, referindo que a sua intervenção nesta Assembleia incide mais uma vez sobre dois assuntos que o PSD considera importantes para os condeixenses. -----

-----O primeiro assunto refere-se novamente à fundação D. Ana Laboreiro D'Eça. Após o período de férias, gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Fundação qual o ponto de situação atual, nomeadamente no que concerne aos seus estatutos. Aproveita também para solicitar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a marcação, o mais urgentemente possível, de uma reunião da comissão de acompanhamento.-----

-----O segundo assunto tem a ver com as reuniões da ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) do Baixo Mondego. Já trouxe este assunto aqui a esta Assembleia, referindo que até hoje não foi ainda contactada para tomar posse nessa entidade. Como todos sabem, foi eleita por esta Assembleia, por unanimidade até, como representante deste órgão naquela entidade, pelo que considera inusitado não tomar posse. Atendendo à situação atual na área da Saúde, com a nomeação de um novo Ministro, com a formação de uma nova equipa de gestão, presidida pelo Professor Fernando Araújo e também com uma futura transferência de competências na área da saúde, considera que era importante alguém desta Assembleia estar na ACES Baixo Mondego. Entende assim que é urgente essa situação ser resolvida. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia respondeu que vai dar seguimento a essas solicitações. Relativamente à ACES informou que encetou todas as diligências, primeiro para perceber o que se tinha passado, chegando à conclusão que se tinha verificado um problema procedimental, e posteriormente, no sentido de o resolver, o que foi feito de imediato. Afiança assim que o canal ficou disponibilizado para que isso acontecesse. Vai também ficar com a



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

nota de o mais tardar na primeira semana de outubro, perceber em que ponto é que este processo se encontra. Permanecendo a inação (ou seja, a ausência de convocatória para tomar posse) ter-se-á que insistir junto da ACES. Na verdade, concorda com a senhora Deputada, entendendo que o momento é de oportunidade.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra para referir que concorda inteiramente com a senhora Deputada Alice Silvério, considerando que esta altura é oportuníssima, pensando que na ocasião chegou-se a telefonar para a ACES. Se concordarem, irá voltar a fazê-lo e posteriormente comunicará o resultado dessa abordagem. --

-----Aproveita para dar nota que, além de todas as mudanças no sistema de funcionamento do Ministério da Saúde, em particular com a nomeação do Diretor Executivo, também se aproxima a discussão da integração das ARS (Administrações Regionais de Saúde) e ACES nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional - CCDR. Isso ainda traz maior pertinência à presença da senhora deputadas junto da ACES Baixo Mondego. Deste modo, amanhã mesmo fará esses contactos e deles dará nota ao senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----A Deputada Gisela Almeida iniciou a sua intervenção, referindo que é sabido que a crise geopolítica e económica, global e regional acentuou a diferença entre as câmaras. Há câmaras com aumentos de custos entre 500%-1000%, assim como existem obras a ser adiadas para cumprir os pagamentos de luz e da água, pelo que questiona o senhor Presidente da Câmara sobre qual a situação do nosso Município, qual a sua previsão face à inflação crescente e instabilidade de mercados e que soluções tem para enfrentar esta evidência.-----

-----Na Educação, questiona, de uma forma transversal, qual a situação de dotação de docentes por escola. Pergunta também se existem turmas com défice de docentes. -----

-----Na esfera da Coesão e Justiça Social, alerta que é importante a vigilância por parte da Comissão de Proteção de Menores e Jovens em Risco, devendo estar atentos a situações de pobreza extrema, que poderão expor as crianças e jovens a situações de risco. Deste modo, propõe o reforço da comunicação com a escola e todos os elos de ligação com estas crianças e jovens. -----

-----No que se refere à Loja Social, verificou a procura exponencial de 19 pedidos em setembro de 2022 no que se refere a bens roupa e mobiliário, relativamente à procura de 10 pedidos no mês de julho de 2022, pelo que questiona que medidas de apoio extraordinário dispõe o Município face à probabilidade do aumento das dificuldades sentidas pelas famílias. Por outro lado, na referência aos cabazes alimentares dispensados seria benéfico especificar a prevalência de pedidos por mês, além da referência à União de Freguesias. -----

-----Relembro os pedidos formulados para a reposição da calçada nas zonas de nova arborização; melhoria na acessibilidade dos passeios para pessoas com mobilidade reduzida; reforço da segurança rodoviária, com medidas de redução de velocidade nas localidades.-----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----Em relação à obra de Alcabideque para a requalificação do Castellum, gostaria de saber se contempla a transferência da colónia de patos para outro local, acautelando o bem-estar animal, mas também a conservação do património arquitetónico histórico. -----

-----Gostaria também, como profissional de saúde, de fazer um pedido de clarificação sobre a situação da formação sobre Suporte Básico de Vida (SBV) e os DAE, nomeadamente a instalação do material e o programa de implementação do mesmo junto da comunidade escolar.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção da deputada Gisela Almeida, solicitando-lhe igualmente o favor de, assim que lhe seja possível, remeter à mesa o documento escrito referente à sua intervenção. -----

-----O deputado Nuno Gaspar deu início à sua intervenção, referindo que as associações de pais das escolas do 1º ciclo e JI, promovem todos os anos uma série de atividades extracurriculares que passam pelo desporto, cultura e recreio. Estas atividades são pagas pelos pais das crianças que frequentam as respetivas atividades e decorrem fora do horário letivo, durante o horário de acolhimento e apoio à família. Enquanto pai, no ano letivo anterior, já me tinha apercebido que havia pais com dificuldades em despender este valor extra mensalmente, ainda que pequeno, por dificuldades económicas. Este ano, com a economia no estado em que todos conhecemos, a situação parece estar a agravar-se, havendo mais pais em dificuldades. Sei que pelo menos uma Associação de pais já terá contactado o gabinete de Educação para se poder chegar a algum tipo de solução. Com esta minha intervenção pretendo reforçar esse pedido da Associação de Pais e solicitar ao executivo que tente chegar a uma forma de apoiar os pais mais necessitados, para que todas as crianças possam ter acesso a pelo menos uma destas atividades, financiada pela CM. Relembro que uma das atividades extracurriculares é a natação, que decorre na piscina municipal e cuja mensalidade para este novo ano letivo passou para o dobro. -----

-----Já há muito defendemos que se aplique uma medida de gratuitidade na rede CondeixaUrb, para utilizadores em idade escolar para todos, incluindo obviamente para os que residem a menos de 3 km das escolas, que é também a mancha do CondeixaUrb. Está ou não o PS Condeixa disponível para adotar esta medida que há muito propomos? Qual é o aumento do custo que esta CM tem com esta gratuitidade?-----

-----Tendo noção também da necessidade de o Governo dar também às autarquias um pacote de apoio para mitigar os aumentos dos custos derivados à atual situação económica, questiona, ainda assim, que apoios ao combate à subida da inflação para famílias e empresas estão previstos por este executivo para apoiar as famílias e empresas deste município. -----

-----Decorreram mais uma vez as Festas Santa Cristina 2022, pelo que pergunta quais os custos destas festas. -----

-----Questiona igualmente quando é que serão apresentadas as contas do Museu PO.RO.S, relativamente ao ano de 2021. -----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----Registámos a venda de terrenos na ZIL, parecendo-nos que em desrespeito por um Regulamento Municipal aprovado por este órgão em que nos encontramos, Regulamento esse que se encontra em vigor e que nos parece ter sido posto completamente de lado. Pela leitura da ata da reunião de Câmara onde foi tomada esta decisão, confesso que fiquei confuso, sendo que o senhor Vice-presidente afirma serem terrenos da ZIL e o senhor Presidente diz não serem terrenos da ZIL. Em que é que ficamos? Não temos absolutamente nada contra a fixação de novas empresas ou alargamento das existentes no Concelho, bem como a criação das respetivas condições para que as mesmas o façam, mas a que custo? Ainda que se possa eventualmente concordar com a venda de terrenos a preço mais baixo daquele a que se compraram recentemente outros terrenos ao lado, como fazendo parte de uma eventual estratégia de angariação de investimento, desconheço a existência de tal estratégia e, juntando este desconhecimento a um processo de venda em Hasta Pública pouco clara e assumida pelo senhor Vice-presidente como uma mera formalidade porque já tinham o comprador, todo o negócio assume contextos estranhos que queremos que sejam aqui justificados pelo senhor Presidente e Vice-presidente. -----

-----A Deputada Sílvia Teixeira deu início à sua intervenção, começando por referir que o Regime Jurídico da Gestão Territorial (RGIT), no seu artigo 189º, nº 3, prevê que a Câmara Municipal elabore um relatório periódico, com uma periodicidade quadrienal, sobre o estado do ordenamento do território, que deve submeter à apreciação das respetivas assembleias municipais, nos quais deve efetuar um balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial de âmbito local em vigor, bem como dos níveis de coordenação interna e externa verificados, fundamentando uma eventual necessidade de revisão dos mesmos. Esse relatório incide sobre os instrumentos de gestão territorial, em particular o Plano Diretor Municipal, bem como sobre as dinâmicas de transformação e sobre a coerência entre os diferentes instrumentos e estratégias municipais e supramunicipais com incidência territorial no concelho. Os relatórios sobre o estado do ordenamento do território devem ser objeto de uma ampla participação pública, prevendo o RGIT que, assim que esteja concluída a sua elaboração sejam submetidos a um período de discussão pública. A não elaboração dos relatórios sobre o estado do ordenamento do território no prazo estabelecido determina mesmo a impossibilidade de rever os Planos Municipais. Ora, relativamente a Condeixa, não se encontra uma referência a este relatório e esta Assembleia, que tem o dever e o direito a recebê-lo, não tem dele conhecimento, e isso implica consequências.-----

-----A Câmara tem ou não elaborado este relatório a que a lei nos impõe?-----

-----Na sessão ordinária de Assembleia Municipal de 16.12.2021 constou na ordem do dia a designação de dois cidadãos de reconhecida idoneidade, para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea n) do artigo 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. As bancadas do PS e do PSD efetuaram uma proposta conjunta, indicando os cidadãos Francisco Corte Real e Carlos Manuel Rebelo Carecho. Esta proposta foi colocada a



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

votação pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada por unanimidade. Ora, é de lei que compete ao Presidente da Câmara Municipal assegurar a instalação do Conselho e que os membros de cada concelho tomam posse perante a Câmara Municipal. Do Regulamento Municipal consta que o Conselho reúne ordinariamente uma vez por trimestre. Consta também que os membros do Conselho tomam posse perante a Assembleia Municipal, que era a versão vigente até a alteração determinada pelo Decreto-Lei 22/2019, de 4 de março, que passou a referir a Câmara Municipal. Porém, até à data, os cidadãos indicados não tomaram posse, nem perante a Assembleia Municipal, conforme ainda consta no Regulamento municipal, nem perante a Câmara Municipal, como deveria ser, de acordo com a lei vigente. Por conseguinte, também este Conselho Municipal de Segurança não reuniu ordinariamente uma vez por trimestre. Face ao exposto, cumpre saber para quando a tomada de posse dos cidadãos designados e a retificação do Regulamento municipal, no que à tomada de posse diz respeito. -----

-----A Lei nº 93/2021, de 20 de dezembro estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações. Da referida lei, conforme disposto no artigo 8º, resulta a obrigatoriedade das pessoas coletivas, incluindo o Estado e as demais pessoas coletivas de direito público que empreguem 50 ou mais trabalhadores, disporem de canais de denúncia interna, sendo esta obrigatoriedade aplicável às autarquias locais que tenham mais de 10.000 habitantes. Ora, a Câmara Municipal de Condeixa tem mais de 50 trabalhadores e mais de 10.000 habitantes. A não disposição do canal de denúncia interna constitui uma contraordenação grave, prevista e punível nos termos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 27º da referida lei, estando previstas coimas para as entidades coletivas de 1.000,00€ a 125.000,00€. Estando esta lei já em vigor, questiona o senhor Presidente qual o ponto de situação deste canal de denúncia interno, obrigatório por lei.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção da deputada Sílvia Teixeira, aproveitando para informar, a propósito da intervenção da senhora deputada Alice Silvério, assim como da questão agora colocada, referente à constituição do Conselho Municipal de Segurança, que, cumprido um ano de mandato à frente desta Assembleia, é sua intenção fazer uma auscultação a todos os que estão nomeados por este órgão para os diferentes cargos, para aferir em que estado é que está cada uma das situações. -----

-----Seguiu-se a intervenção do deputado Eduardo Alcouce, que começou por desejar que, após um ano desta Assembleia Municipal, esta consiga ser mais produtiva nos próximos três anos. Quer assim deixar as seguintes questões a este executivo e a esta assembleia: - ----

-----O grupo de trabalho sobre a Educação vai existir? -----

-----A Comissão sobre a Fundação Hospital D. Ana Laboreiro D'Eça vai continuar a trazer resultados práticos?-----

-----O relatório sobre a situação de carência social dentro do concelho, solicitado em 28/02, vai ser enviado? -----





**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----O Município vai enviar a peça informativa sobre a caracterização do nosso concelho, com o objetivo de atração de novas empresas, solicitado em 28/02? -----

-----Postas estas questões, vem alertar para as seguintes chamadas de atenção levantadas por munícipes: O Município vai reduzir a iluminação pública, como medida de poupança energética em locais onde não se coloca qualquer perigo de segurança, por exemplo, dentro da Urbanização Nova Conímbriga (onde existe uma exagerada iluminação neste momento)? -----

-----Obtivemos várias chamadas de atenção sobre uma situação de perigo, com falta de visibilidade na passadeira para peões que atravessa o nó de ligação entre o IC2 e a rotunda do IC3, no local que dá acesso à rua da Faia para o continente. -----

-----Moradores da Urbanização Nova Conímbriga reclamam sobre a degradação do piso rodoviário da ligação desta urbanização ao IC3, em frente aos estaleiros da Câmara Municipal de Condeixa. Solicitamos, assim, um prazo para a reparação da via, pois os buracos ali existentes já duram há vários anos. Por informação das Infraestruturas de Portugal, a reparação deste troço é da responsabilidade da Autarquia. -----

-----A Deputada Diana Santos deu início à sua intervenção, referindo que, em 2013 efetivou-se o processo de união de Freguesias. Na altura, era clara a posição do senhor Presidente da Câmara. Estando agora em curso a possibilidade do processo de desagregação das mesmas, gostaria de conhecer qual a vontade política e se este assunto é preocupação dos presidentes de junta. -----

-----Relativamente à Estratégia Local de Habitação, que sabem ser o que pode permitir uma habitação condigna para aqueles que não o conseguem sem ajuda, questiona qual o ponto de situação deste programa, quantos euros dos dois milhões anunciados para o efeito é que já foram aplicados e quantas famílias condeixenses já beneficiaram desta estratégia, desde que ele foi anunciado. -----

-----O deputado Miguel Pessoa iniciou a sua intervenção, mencionando que vem trazer apenas dois assuntos. Um, que lhe é bastante caro, que é Conímbriga, destacando que estão a desenvolver-se novas descobertas e novos trabalhos, que são significativos e estão à vista de todos. É uma valorização conjunta com o Museu PO.RO.S e uma convergência de esforços, que pensa ser também evidente. -----

-----Um outro assunto prende-se com o Plano de Recuperação e Resiliência [PRR], e a força que esse apoio pode dar a Conímbriga, no sentido de permitir ampliar o Museu e construir a nova oficina de mosaicos. Reparou há pouco tempo que o Museu de Conímbriga foi muito anunciado pela anterior Ministra da Cultura, sendo agora objeto de financiamento para obras no valor de 5 milhões de euros. Foram visitar o Museu Machado de Castro, em Coimbra, o qual vai ter um apoio de 12 milhões de euros. O Museu Nacional de Arqueologia, em Belém, vai ter um apoio de 20 milhões de euros. Por outro lado, os técnicos em Conímbriga estão a ir para outras instituições. Lembra que um dos melhores técnicos de conservação e restauro foi





**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

convidado pela direção do Mosteiro dos Templários de Tomar, para ir para lá trabalhar, num outro cargo e com outras condições, naturalmente. São, assim, boas e más notícias.-----

-----Informa também que Conímbriga vai estar presente num Congresso Internacional em França, no próximo dia 16 de outubro. Estava também prevista a realização deste Congresso do próximo ano em Conímbriga, mas tem havido algum recuo nesse sentido, o que, na sua opinião é de lamentar e não é mobilizador.-----

-----A Santa Casa da Misericórdia de Condeixa é uma instituição com grande peso no Concelho e que tem provas dadas. Todavia, não tem tido apoios nem para a Casa da Criança, a qual está para entrar em obras há cerca de um ano, nem para a recuperação do Lar, o qual junta cerca de 130 idosos. Dá nota de que em recente reunião de Câmara Municipal foram destinados subsídios, os quais aguardam a todo o momento.-----

-----O deputado José Cura iniciou a sua intervenção, questionando, relativamente à criação de Empresa Intermunicipal de água, juntamente com os municípios de Coimbra e Mealhada, qual o ponto da situação sobre este tema.-----

-----Prosseguiu, referindo que no início de agosto, foi notícia que os Municípios da Região de Coimbra ameaçam deixar de pagar o tratamento dos resíduos urbanos, caso o Governo não baixe os custos de gestão e tratamento desses resíduos, pelo que pergunta qual a razão desta ameaça. Lembra, a este propósito, que o Município deixou de pagar a água durante uns anos e acabámos desde o início do ano a ter que a pagar, agora a prestações e com custos extra associados.-----

-----Por fim, referiu que mais recentemente, os municípios exigem deixar de pagar reembolsos da ADSE. Deste modo, questiona qual vem sendo a despesa anual com esta área no município de Condeixa.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal realçou a importância de, em assuntos que exijam a preparação prévia das respostas, nomeadamente através da recolha de dados e informações, as questões lhe serem previamente endereçadas, para que as mesmas sejam posteriormente encaminhadas para o senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal usou então da palavra para esclarecer as questões colocadas anteriormente pelos senhores deputados.-----

-----Relativamente à intervenção do deputado José Cura, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu não ter na sua posse a indicação do valor que é pago à ADSE, frisando que quem afirma que não irá pagar à ADSE é o Município de Coimbra. Mais informou que, desde 2010, o Estado deixou de financiar este sistema de saúde, sendo a própria ADSE a pagar os atos médicos, exceto as autarquias, uma vez que estas continuam a ter a obrigatoriedade de financiar a ADSE, com uma verba de cerca de 70 milhões de euros por ano, sendo esta uma situação de injustiça e falta de equidade.-----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----Prosseguiu os esclarecimentos, referindo que o Governo do PSD privatizou a ERSUC o que originou que os resultados, que eram transitados de um ano para o outro, começassem a ser distribuídos como dividendos pelo que, a partir desse momento, os sistemas começaram a apresentar resultados negativos. Perante essa situação, verificou-se um aumento das tarifas pela empresa e a aplicação de uma taxa de gestão de resíduos, imposta pela União Europeia, mas agravada em 50% pelo Governo, tendo a mesma transitado de 11 euros para 22 euros por tonelada. Sobre este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou desconhecer a existência de posição oficial dos municípios no sentido de não efetuar o pagamento desse acréscimo de valor. -----

-----No que se refere à alusão que foi feita à questão das águas, o senhor Presidente da Câmara Municipal enfatizou que o Município de Condeixa apenas deixou de pagar as águas residuais, uma vez que não está a ser aplicado o devido desconto de um terço das águas residuais que vão para as ETAR e estações elevatórias, que está previsto que sejam consideradas águas provenientes da chuva. Nesse sentido, o Município não efetuou o pagamento dos últimos três meses, o que seria equivalente a esse terço. De seguida, o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou ser mentira que tenha sido efetuado um mau acordo com as Águas do Centro Litoral, informando ter sido acordado que este organismo e a Câmara Municipal procedam à realização das obras necessárias para que um terço das águas que entram nas ETAR sejam desconsideradas, permitindo que a fatura das águas residuais não se agrave com o aumento da chuva. -----

-----Sobre a Empresa Intermunicipal de Águas, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que solicitou uma reunião ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, na qual esteve também presente o senhor Presidente das Águas de Coimbra, estando prevista a complementarização de um anterior estudo económico já um pouco datado, aguardando-se o desenrolar do processo. Para finalizar esta matéria, o senhor Presidente da Câmara Municipal considerou ter sido dado o primeiro passo para a criação de uma Empresa Intermunicipal de Águas, que junte os Municípios de Condeixa, Coimbra e Mealhada. -----

-----No que respeita à intervenção do deputado Miguel Pessoa, o senhor Presidente da Câmara Municipal elogiou o trabalho profícuo que, com o apoio da Câmara, este deputado tem desenvolvido, no âmbito das novas descobertas em Conímbriga e do Ecomuseu, permitindo a valorização de Conímbriga. -----

-----Relativamente ao comentário efetuado sobre o PRR e a comparação com o Museu Machado de Castro e com o Museu de Arqueologia, o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que o programa Portugal 2020 efetuou um financiamento a Conímbriga, estando, neste momento, praticamente executados um milhão de euros. Prosseguiu, afirmando partilhar com este deputado a satisfação com a verba de 5 milhões de euros prevista para Conímbriga, que permitirá a valorização do Museu e da fábrica dos mosaicos, lamentando que não integre a parte arqueológica. -----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----Em relação à Santa Casa da Misericórdia, o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que existem mecanismos próprios de financiamento a que esta Instituição pode recorrer e que são do conhecimento da mesma, manifestando a disponibilidade do Município para ajudar no que for necessário.-----

-----No âmbito da intervenção da deputada Diana Santos, o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que se manifestou contra o modo como o processo de agregação das freguesias foi efetuado em Condeixa, que não teve em consideração a vontade das Freguesias e da Assembleia Municipal e das populações. Prosseguiu, referindo que este processo depende agora das Juntas de Freguesia que foram agregadas, uma vez que a Lei em vigor já permite a sua desagregação, estando a mesma dependente de um conjunto de mecanismos. Informou ainda que, até ao momento, não recebeu qualquer informação de alguma das Assembleias de Freguesia manifestando esse desígnio.-----

-----No que concerne à Habitação, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o Município adjudicou recentemente o estudo que era obrigatório e que teve um custo 12.841 euros, que permitirá a aplicação do Primeiro Direito e da Estratégia Local de Habitação, faltando a aplicação no terreno do que se definiu na estratégia geral de habitação. Finalizou os esclarecimentos, afirmando partilhar com a deputada Diana Santos a preocupação com a questão social.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou este momento para responder a um dos pontos abordados na intervenção do deputado Nuno Gaspar, afirmando que gostaria que o Município tivesse condições para conseguir criar mecanismos complementares aos do Governo. Nesta sequência, informou os valores pagos nos últimos anos pela Câmara Municipal com a iluminação pública:-----

-----Em 2019, antes do Projeto ESE, a Câmara Municipal pagou cerca de 298.000 euros à EDP;-----

-----Em 2020, ainda sem o Projeto ESE, mas com a substituição de apenas algumas luminárias, pagou cerca de 262.000 euros à EDP;-----

-----Em 2021, após a implementação do Projeto ESE, pagou cerca de 86.000 euros à EDP e 181.000 euros à ESE, o que perfaz um valor total de, aproximadamente, 268.000 euros.

-----Prosseguiu os esclarecimentos, informando que para o ano de 2023 e devido ao aumento da energia, a verba a pagar à EDP, por um valor correspondente a apenas 40% do que era pago em 2019, será de 322.000 euros, acrescido do valor fixo de 181.000 euros à ESE, perfazendo um custo total com a energia de, aproximadamente 503.000 euros, caso não haja qualquer alteração. Informou também que, sem o Projeto ESE, o Município iria pagar cerca de 805.000 euros em 2023. Nesta sequência, o senhor Presidente da Câmara Municipal realçou que estas dificuldades com o aumento dos custos impedem que o Município se possa comprometer com algum mecanismo de apoio alargado, assegurando, por outro lado, o reforço de mecanismos de emergência que se tornem necessários.-----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----Na sequência da intervenção do deputado Eduardo Alcouce, o senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao senhor vereador o envio dos Relatórios Mensais de Carência Social ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que este os possam encaminhar para este deputado. No que se refere ao relatório com informações descritivas sobre o concelho, informou que o Executivo da Câmara enviará igualmente ao senhor Presidente da Assembleia Municipal um documento com as informações disponíveis, que o fará chegar ao deputado Eduardo Alcouce. -----

-----Ainda no âmbito da intervenção deste deputado, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que foram tomadas diversas medidas para a redução do consumo de energia e de água nos edifícios e jardins municipais, não se verificando o mesmo na iluminação pública, uma vez que houve uma redução de consumo de 60% derivada da implementação do Projeto ESE, não obstante o aumento substancial no preço da energia. Tal situação poderá levar à necessidade da redução na iluminação pública em locais onde o impacto seja mais reduzido, estando em estudo a colocação de sensores em alguns locais. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal finalizou os esclarecimentos a este deputado, informando que está aberto um procedimento para restauro da sinalização horizontal do concelho, comunicando ainda que, além de recorrer ao Banco de Investimento Europeu está em estudo, pela Associação Nacional de Municípios, o modo como se processará o financiamento da manutenção e reabilitação das estradas municipais, uma vez que não existem fundos comunitários. Deste modo, a Câmara Municipal irá intervir nas estradas do concelho de acordo com a sua disponibilidade. -----

-----Em resposta à intervenção da deputada Sílvia Teixeira, o senhor Presidente da Câmara Municipal reforçou a necessidade de os deputados solicitarem antecipadamente algumas informações específicas, de modo a permitir um melhor esclarecimento das questões colocadas. Relativamente às denúncias, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, em conjunto com a CIM da região de Coimbra, está a ser implementado um procedimento, tendo já decorrido reuniões nesse sentido, considerando ser importante a implementação de todos os aspetos previstos na Lei. Prosseguiu, informando que já solicitou aos serviços a realização, no próximo ano, de uma auditoria sobre o controlo interno, tendo em vista a melhoria de todos os procedimentos da Câmara Municipal, em termos de eficiência e economia, na sequência da consolidação da nova estrutura orgânica.-----

-----Em relação ao Conselho Municipal de Segurança, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que os elementos já foram escolhidos, mas ainda não tomaram posse nem se realizou a reunião, agradecendo o reparo da deputada. -----

-----No que se refere ao relatório periódico de ordenamento do território, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município não foi multado, pelo que deduz que não se encontra em incumprimento, assumindo o compromisso de enviar a esta deputada a



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

resposta que foi dada pela senhora Diretora deste departamento em reunião de Câmara, uma vez que que é um assunto técnico muito específico.-----

-----Na sequência da intervenção do deputado Nuno Gaspar, o senhor Presidente da Câmara Municipal lamentou as frequentes insinuações apresentadas pelo mesmo relativamente às decisões do Executivo, relembrando que a Câmara Municipal tem sido alvo de diversos mecanismos de investigação. Prosseguiu, reforçando a sua convicção de que o terreno em questão não integrava o Regulamento da Zona Industrial apesar de ser propriedade da Câmara, tendo este lote sido levado a Hasta Pública pelo preço estipulado para a zona industrial, que é de 12 euros/metro quadrado. Prosseguiu, considerando que o deputado Nuno Gaspar devia refletir acerca da suspeição que permanentemente levanta relativamente à honestidade do Executivo Camarário, exigindo que este deputado prove as suas acusações, caso contrário poderá ser processado judicialmente por difamação. -----

-----De seguida, a título excepcional e para permitir o esclarecimento da situação, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao deputado Nuno Gaspar que frisou não ter faltado ao respeito ao senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que apenas solicitou um esclarecimento relativamente à divergência de opiniões entre os senhores Presidente e Vice-Presidente, numa reunião de Câmara, tendo sido registado em ata que o senhor Presidente considerava que o terreno não se integrava na zona industrial e o senhor Vice-Presidente considerava que o referido terreno fazia parte da zona industrial. Prosseguiu a sua intervenção, considerando que, se o terreno não faz parte da zona industrial, então não se verificou qualquer violação do Regulamento, o mesmo não sucedendo na eventualidade de o terreno integrar a zona industrial.-----

-----Na sequência desta intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que não foram apenas estas as considerações tecidas pelo deputado Nuno Gaspar, referindo que este deputado afirmou que a Hasta Pública foi feita à medida, lamentando a falta de equilíbrio nas afirmações produzidas nesta Assembleia pelo deputado em questão. Prosseguiu os esclarecimentos, reforçando que se limitou a reproduzir o que foi dito pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, estando esta situação reportada na ata, reafirmando que o terreno foi vendido ao preço da zona industrial quando poderia, inclusivamente, ter sido vendido por um valor inferior. Finalizou o esclarecimento desta questão, relembrando que, de acordo com a interpretação dos serviços técnicos da Câmara, o terreno não está incluído a zona industrial. ---

-----Relativamente às contas desagregadas do Museu PO.RO.S, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que desconhece esta terminologia no âmbito da economia. Prosseguiu, mencionando que, se o deputado se estava a referir à contabilidade orçamental, esta está devidamente publicitada; se pretendia referir-se à contabilidade analítica, será necessário imputar diversos fatores, sendo todas estas informações do conhecimento dos senhores vereadores do PSD, comprometendo-se a fazer chegar novamente essas informações, devidamente atualizadas.-----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----No que diz respeito às contas das Festas de S. Cristina, o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que as mesmas já foram publicitadas, informando que o seu custo, do ponto de vista não analítico, foi de 275.840 euros, devendo ainda ser retirado o valor das receitas. -----

-----Em relação à gratuidade do transporte do Condeixaurb para estudantes do concelho, o senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou a sua disponibilidade para analisar essa proposta, necessitando de ser avaliado o impacto financeiro da mesma. -----

-----De seguida, a senhora Vereadora Ana Manaia usou da palavra para informar que, no que respeita às AEC's mencionadas pelo deputado Nuno Gaspar, todos os residentes no concelho podem frequentar gratuitamente as piscinas ao domingo, acrescentando que os alunos com escalão A têm a possibilidade de frequentar gratuitamente aulas de natação, integrados nas turmas da piscina. Prosseguiu, informando também que solicitou a listagem de todos os alunos com escalão A para avaliar a possível implementação de outras medidas de apoio. -----

-----A senhora Vereadora Ana Manaia aproveitou a ocasião para esclarecer igualmente a questão colocada pelo deputado Luís Caridade sobre o início do ano letivo, referindo que esse arranque correu bem, registando-se, contudo, a falta de alguns professores. No que se refere à falta de salas na Escola Fernando Namora, a senhora Vereadora informou que esta escola se encontra lotada em virtude de absorver também alunos do 9º Ano provenientes da Escola EB Nº2. Este assunto foi abordado numa reunião realizada na passada terça feira, tendo a senhora Vereadora Ana Manaia solicitado que lhe fosse indicado o número de alunos afetados por este problema e qual o local onde se encontravam a ter aulas, afirmando desconhecer que essas aulas sejam dadas no refeitório. Depois de receber essas informações, as mesmas serão enviadas para análise e decisão por parte da DGESTE, tendo a senhora Vereadora Ana Manaia manifestado a disponibilidade do Município para ceder algumas salas fora da escola ou proceder à instalação de contentores, logo que essa decisão seja tomada. -----

-----Em resposta às questões colocadas pela deputada Gisela Almeida, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, além dos diversos aspetos que foram mencionados anteriormente, o impacto da inflação é também sentido nas obras do Município, registando-se uma valorização média de cerca de 25% nas propostas apresentadas pelas empresas, em comparação com anos anteriores, esperando que os pacotes de ajuda às empresas se possam refletir nos concursos do Município. -----

-----Nesta sequência, o senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou para responder a uma questão colocada pelo deputado Luís Caridade sobre o Castellum, mencionando que se têm registado diversos concursos desertos, sendo que, no caso concreto desta obra, o concurso já ficou deserto por duas vezes, mesmo após a alteração do preço base. Prosseguiu os esclarecimentos, informando que se trata de uma obra com um valor aproximado de 309.000 euros, registando-se alguma dificuldade em realizar a mesma,



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

estando o Município a envidar esforços no sentido de adjudicar a obra por ajuste direto. Mais esclareceu que esta obra é financiada em cerca de 98.000 euros, informando ter já reunido com a CCDR no sentido de ser avaliada a possibilidade de reforçar esse financiamento, assegurando ser esta uma obra importante para a população, com elevado valor histórico e patrimonial, que merecerá da Câmara todo o empenho na sua realização. -----

-----Retomando os esclarecimentos das questões colocadas pela deputada Gisela Almeida, nomeadamente no que se refere aos DAE's, o senhor Vereador Carlos Canais usou da palavra para informar que, ainda antes do verão, foram feitos todos os pedidos de licenciamento ao INEM. Neste momento encontram-se instalados os DAE'S dos Paços do Concelho e do Pavilhão Teresa Vendeiro na Escola EB1,2, aguardando-se a chegada do licenciamento dos DAE's do Estaleiro, das Piscinas Municipais e do Pavilhão Municipal. -----

-----Na sequência desta intervenção, a senhora Vereadora Ana Manaia informou que já foi ministrada uma formação, sobre medidas de primeiros socorros a crianças e jovens, a alguns funcionários das escolas do concelho, faltando replicar a mesma a outros funcionários. Esta formação gratuita decorreu em julho e setembro, teve a duração de 7 horas por dia durante 4 dias, tendo sido abordados variados aspetos teóricos e práticos. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou os esclarecimentos, referindo que, no âmbito da área social, é previsível que o Município reforce o seu Plano de Emergência Municipal, dentro dos limites da sua capacidade financeira. -----

-----Em complemento a este esclarecimento, o senhor Vereador Carlos Canais informou que, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, irão brevemente ser notificados os possíveis beneficiários, informando que já foi contratada a empresa que irá operacionalizar esta intervenção. Em relação às medidas de apoio social, comunicou que se regista um aumento muito ligeiro dos pedidos, adiantando que no orçamento do próximo ano será reforçada a verba para uma rubrica que permite apoiar as famílias carenciadas na aquisição de medicamentos, visando incluir mais pessoas no protocolo com a Dignidade que neste momento se encontra em vigor. Relativamente aos apoios eventuais que foram recebidos após a transferência de competências, o senhor Vereador Carlos Canais informou que irão ser pagos os apoios que anteriormente já eram pagos pelo Estado, acrescidos de outros que não estavam a ser efetivados. -----

-----Ainda no âmbito da intervenção da deputada Gisela Almeida, o senhor Presidente da Câmara Municipal reforçou que irá ser renovada a sinalização das passadeiras e a sinalização horizontal das estradas do concelho, referindo não ter ainda qualquer informação relacionada com a colónia de patos de Alcabideque, solicitando ao senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Condeixa-a-Velha e de Condeixa-a-Nova que averigue esse assunto. -----

-----Em resposta às questões colocadas na sua intervenção pelo deputado João Brito, o senhor Presidente da Câmara Municipal lamentou não ter podido estar presente no Festival





**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

Rock dos Romanos, devido a compromissos oficiais e pessoais, partilhando da opinião deste deputado relativamente à organização do evento. -----

-----Prosseguiu os esclarecimentos, informando que o valor gasto com os livros de fichas no 1º ciclo é de 17.968 euros, lembrando que a Câmara está a recorrer a livrarias e papelarias do concelho para implementar esta oferta. Relativamente ao material escolar, esclareceu que essa oferta é totalmente da responsabilidade das Juntas de Freguesia, sendo realizada complementarmente à Câmara Municipal. -----

-----Em relação à delegação de competências nos Diretores dos Agrupamentos, o senhor Presidente da Câmara Municipal mencionou que, em relação à reabilitação de edifícios escolares, a comissão de acompanhamento é decisiva nesse processo uma vez que é responsável pela indicação das necessidades ao nível das obras ou de outro âmbito, sendo essa a informação que é enviada para a DGAL, para o Ministério da Coesão e para o Ministério da Educação, servindo de suporte para o cálculo do Fundo da Descentralização previsto no Orçamento de Estado. Prosseguiu, referindo que foi efetuada a transferência de competências para a Câmara Municipal e manifestando a sua surpresa pela indicação dada pelo deputado João Brito relativamente à delegação de competências nos Diretores das Escolas, solicitando a este deputado que lhe indique um exemplo que seja do seu conhecimento. -----

-----Nesta sequência, usou da palavra a senhora Vereadora Ana Manaia para clarificar que a delegação de competências para as Câmaras não integrou a componente pedagógica, mantendo-se a mesma sob a alçada do Agrupamento de Escolas e, em particular, da sua Direção, motivo pelo qual desconhece o número exato de professores em falta, realçando ainda que essa área não é da sua competência nem essa informação lhe foi transmitida. Prosseguiu, referindo que a Câmara não é responsável pela gestão dos espaços das salas de aula do Agrupamento, pelo que desconhece se estão a decorrer aulas no refeitório. Quanto à delegação de competências, a senhora Vereadora Ana Manaia esclareceu que essas competências preveem o pagamento aos funcionários, mas que a definição e gestão do seu serviço e horário é da competência do Agrupamento. Em relação à delegação de competência nas obras, considerou que será mais fácil as mesmas serem realizadas pela Câmara, uma vez que possui uma equipa de obras que não tem um custo. Deste modo, a atribuição de uma verba de 20.000 euros para ser gerida pelo Agrupamento à escola conduziria à impossibilidade de realização de todas as obras necessárias, já que a Câmara gasta um valor muito superior com todo o parque escolar. -----

-----Complementando estas informações, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a verba a transferir irá passar de 20.000 para 30.000 euros. -----

-----No âmbito da intervenção do deputado Luís Caridade, o senhor Presidente da Câmara Municipal aludiu ao Musas - Festival de Artes de Conímbriga, dando nota do momento alto que ocorreu em Conímbriga, com a presença do Maestro, do Tenor e da Soprano da ópera de Odessa, que teve uma enorme adesão da população. -----





**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----Em relação às piscinas da Ega, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que têm sido feitas diversas tentativas junto de empresas para que a obra seja orçamentada, concluindo-se que será necessário elaborar um projeto de raiz, estando já a ser feita uma pesquisa de mercado para a elaboração desse projeto, estimando-se que seja uma obra com algum peso financeiro. Mais acresceu que na próxima reunião desta Assembleia já deverá ter o valor previsto para a construção das novas piscinas municipais. -----

-----Acerca da inflação, o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que, além do que já foi referido anteriormente, verifica-se um aumento de cerca de meio milhão de euros nas áreas da energia, combustíveis e refeições escolares e um aumento médio de 25% nas obras. Prosseguiu, informando que o Agrupamento de Escolas de Condeixa tem 1.957 alunos distribuídos por 89 turmas, 196 professores distribuídos por 14 estabelecimentos, estando implementados projetos como a comparticipação em 100% nos passes dos alunos do ensino secundário, o inglês, a oferta dos livros, a terapia da fala, o acesso à escola virtual e o alargamento da distribuição de fruta aos alunos dos jardins de infância. -----

-----Quanto à questão da descentralização, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que se prevê um défice de 12% neste ano letivo, que compara com um superavit de 8% do último ano letivo. Esta e outras situações foram acauteladas na Associação Nacional de Municípios e serão corrigidas através do acordo, reafirmando a importância da comissão de acompanhamento.-----

-----Informou ainda que haverá financiamento total para a reabilitação da Escola Fernando Namora, numa obra de cerca de 1.200.000 euros, comunicando igualmente que a obra da Quinta do Barroso deve reiniciar-se no início do mês de outubro, estando o atraso relacionado, em grande parte, com a plantação das árvores no âmbito do projeto das alterações climáticas.-----

-----Em relação à questão da fibra ótica, o senhor Vereador Carlos Canais frisou que a sua colocação é da exclusiva responsabilidade de privados, estando o processo a ser acompanhado pela Câmara, informando que o Município aprovou um apoio às Associações da Rebolia e da Serrazina para que possam instalar a fibra ótica nas suas sedes, permitindo igualmente o acesso à restante população. Mais acresceu que, de acordo com as informações recolhidas, as empresas privadas já submeteram à Câmara o projeto de aprovação dos armários, pelo que brevemente será entregue o projeto para a colocação dos postes, prevendo os privados que, até final do ano fique concluída a instalação da fibra ótica nos locais do concelho onde ainda não existe. -----

-----Após estas intervenções, os membros da Assembleia Nuno Gaspar e Ana Paula Félix Lopes Ribeiro (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Anobra) ausentaram-se da reunião, não tendo participado nas deliberações seguintes. -----

-----Ausentaram-se também os senhores deputados Tiago Picão e João Brito, que não participaram, por esse motivo, das deliberações seguintes.-----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

**3. Ordem do Dia**

**3.1. Tomada de conhecimento do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira a 30 de junho de 2022.**

-----Foi presente a documentação mencionada em epígrafe. -----

-----No cumprimento deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que fizesse uma breve contextualização do assunto.-----

-----O senhor Presidente da Câmara começou assim por esclarecer que este relatório é emitido no âmbito da transferência de competências para as autarquias locais, já falado há bocado.-----

-----Do ponto de vista económico realça a existência de uma variação positiva de cerca de 1 milhão e trezentos mil euros no ativo, assim como uma diminuição do passivo em cerca de trezentos e cinquenta e três mil euros, apesar de verificarmos no passivo um aumento das dívidas financeiras de médio e longo prazo, esclarecendo que isso tem a ver com o contrato de leasing das quatro viaturas elétricas que a Câmara adquiriu, no âmbito do Fundo Ambiental.----

-----O resultado líquido do primeiro semestre é de um milhão e quatrocentos e quatro mil euros, embora aqui falte a especialização entre outras operações contabilísticas, que depois vão afinar este resultado líquido, realçando assim uma tendência positiva dos resultados, que se começa a desenhar já no primeiro semestre. -----

-----Do ponto de vista orçamental, afere-se aqui, apesar das várias alterações orçamentais, o cumprimento da regra do equilíbrio financeiro. No primeiro semestre foram arrecadados mais de oito milhões, setecentos e sessenta e nove euros, representando mais de um milhão relativamente ao período homólogo. Este aumento tem a ver com o aumento no valor de receitas de taxas, multas e cobranças de dívidas, que têm vindo a ser executadas.----

-----Ao nível de receita paga, foram pagos um milhão e quatrocentos e setenta e dois mil euros, correspondente a despesa a mais relativamente ao ano passado, no período homólogo.

-----O prazo médio de pagamentos é de catorze dias, realçando que os diversos rácios do relatório traduzem uma tendência estável, apesar de uma ou outra alteração. -----

-----Conclui assim o Revisor Oficial de Contas que se verifica uma situação económico-financeira estável. -----

-----Tratando-se embora de uma tomada de conhecimento, o senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou aos presentes se alguém tinha alguma questão a colocar. ----

-----Uma vez que não houve qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou a tomada de conhecimento deste ponto por parte da Assembleia Municipal ----- . -



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA  
Assembleia Municipal**

**3.2. Apreciação e Votação da Modificação dos Documentos Previsionais - 4.<sup>a</sup>  
Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano**

-----Foi presente a documentação mencionada em epígrafe. -----  
-----No âmbito deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que fizesse uma breve contextualização do assunto.-----  
-----O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que se verifica, através dos documentos apresentados, um aumento global do Orçamento no valor de 768.216,00 euros. O aumento da receita corrente, que está explanado no quadro um, tem a ver com o Imposto Único de Circulação, com o IMI e o IMT, entre outros.-----  
-----O aumento da despesa tem a ver com o reforço da rúbrica referente ao pessoal em funções, que por sua vez, tem a ver com as atualizações salariais que foram feitas, com o SIADAP estar já a ser aplicado (que, como sabem, esteve congelado vários anos), assim como com a aquisição de água e recolha de efluentes, que aumentou a despesa corrente, no valor de 768.216,00 euros. -----  
-----Temos depois, no quadro dois, o valor do aumento da receita de capital no valor de 329.661,00 euros, que teve a ver com a venda de terrenos, o Fundo de Eficiência Energética, o Fundo Social Europeu e com Reposições não abatidas nos pagamentos.-----  
-----Por fim, temos a Demonstração do equilíbrio orçamental, considerando que os documentos estão suficientemente esclarecedores, manifestando, todavia, a sua disponibilidade para responder a alguma questão ou esclarecer qualquer dúvida. -----  
-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou aos presentes se alguém tem alguma questão a colocar. -----  
-----Uma vez que não houve qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta à votação. -----  
-----Deliberação: Proposta aprovada, por maioria, com cinco votos contra dos deputados do PSD e uma abstenção do deputado do Chega e em minuta para produção de efeitos imediatos.-----

**3.3. Apreciação e Votação da Proposta para a Aplicação de Taxas de Derrama no Município de Condeixa-a-Nova a cobrar no ano 2023**

-----Foi presente a documentação mencionada em epígrafe. -----  
-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que fizesse uma breve contextualização deste assunto, tendo este referido que a presente proposta mantém a taxa existente no ano passado de 1%, para sujeitos passivos cujo volume de negócios no período anterior ultrapasse 150.000,00 €. -----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

-----Recorda que esta taxa de derrama foi implementada por este executivo em 2018, pois antes não existia, informando que ao longo destes anos a receita correspondente à mesma é de 105.934,00 € em 2019; em 2020, 135.938,00 €; em 2021 135.411,00€ e este ano estima-se que esteja um bocado abaixo de 143.013,00€. -----

-----Mantemos assim a taxa de 1%, pelas razões aduzidas na documentação. -----

-----Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta à votação. -----

-----Deliberação: Proposta aprovada, por maioria, com cinco votos contra dos deputados do PSD e em minuta para produção de efeitos imediatos.-----

-----Neste momento, os deputados Tiago Picão, João Brito e reentraram na reunião, não tendo participado na votação dos pontos antecedentes. -----

**3.4. Apreciação e Votação das Propostas para a Fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar no ano de 2023 - Taxa Genérica – Redução para Agregados Familiares e Majorações e Minorações Diversas**

-----Foi presente a documentação mencionada em epígrafe. -----

-----No cumprimento deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal uma breve apresentação dos principais aspetos relacionados com a proposta apresentada, tendo este referido que a presente proposta mantém igualmente a taxa existente no ano passado, que é a mínima legalmente permitida, considerando assim que, abrangendo este imposto mais pessoas, será assim mais uma forma de ajudar as pessoas e as famílias, para que estas possam mais facilmente fazer face aos custos de vida. -----

-----Mantemos também a dedução que aplicamos em 2022 para as famílias que têm filhos a cargo, assim como as majorações e minorações já existentes no ano transato, referentes a prédios urbanos degradados e a prédios localizados nas freguesias de Vila Seca e Bendafé, Furadouro e Zambujal, respetivamente. -----

-----Dá ainda nota de que o IMI arrecadado no ano de 2019 foi de 1.543.443€; em 2020 foi de 1.551.140,00€; em 2021 foi de 1.628.976€. Para o ano prevê-se uma receita de cerca de 1.485.836,00€. -----

-----Em virtude de não se ter registado qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta à votação.-----

-----Deliberação: Proposta aprovada, por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos. -----

-----A Bancada do PSD apresentou uma declaração de voto, cujo documento ficará apenso à presente ata para dela fazer parte integrante, como Anexo nº 1. -----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

**3.5. Apreciação e Votação da Proposta relativa à participação variável no IRS a cobrar no ano de 2023**

-----Foi presente a documentação mencionada em epígrafe. -----

-----Dando cumprimento a este ponto e num procedimento semelhante ao utilizado anteriormente, o senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para referir sucintamente que, na mesma lógica existente nos pontos anteriores, se mantém igualmente a participação da taxa existente no ano passado, que é de 5%, numa perspetiva de que a devolução aos munícipes iria beneficiar essencialmente as pessoas que auferem rendimentos mais altos. -----

-----Em aditamento ao constante na documentação, dá nota de que a receita arrecadada no ano de 2019 foi de 725.049€; em 2020 foi de 751.921,00€; em 2021 foi de 837.821€. Relativamente a 2022 prevê-se uma receita de cerca de 897.890,00€. -----

-----Não havendo qualquer outro pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta à votação. -----

-----Deliberação: Proposta aprovada, por maioria, com sete votos contra, dos deputados do PSD e do deputado do Chega, e em minuta para produção de efeitos imediatos. -----

-----A Bancada do PS apresentou uma declaração de voto, cujo documento ficará apenso à presente ata para dela fazer parte integrante, como Anexo nº 2. -----

-----A Bancada do PSD apresentou, igualmente, uma declaração de voto, cujo documento ficará apenso à presente ata para dela fazer parte integrante, como Anexo nº 3. -----

**3.6. Apreciação e Votação do Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – SAAS do Município de Condeixa-a-Nova**

-----Foi presente a documentação mencionada em epígrafe. -----

-----Dando cumprimento a este ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Vereador Carlos Canais, que iniciou a sua intervenção referindo que, no âmbito da transferência de competências, é exigível ao Município a elaboração de um Regulamento de Atendimento nos Serviços de Ação Social, sendo que este, na sua essência, é uma transcrição da Lei. -----

-----Em complemento a esta intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal descreveu os principais aspetos presentes neste Regulamento. -----

-----Uma vez que não houve qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta à votação. -----

-----Deliberação: Proposta aprovada, por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos. -----



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

**3.7. Apreciação e votação da Proposta de Regimento do Conselho Municipal de Saúde**

-----Foi presente a documentação mencionada em epígrafe. -----

-----No cumprimento deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Vereador Carlos Canais que referiu que, de modo semelhante ao ponto anterior, este regulamento é, na sua essência, uma transcrição da lei, devendo esta Assembleia deliberar relativamente ao mesmo, após o documento ter estado em consulta pública. -----

-----Complementarmente a estes esclarecimentos, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que este regulamento surge após a alteração e reforço de algumas competências. Este Conselho está incumbido de emitir uma opinião sobre a estratégia municipal de saúde, considerando o senhor Presidente da Câmara Municipal que este Conselho terá uma grande importância a partir do momento em que, eventualmente, se faça a transferência das competências na área da saúde. Nesta sequência, o senhor Presidente da Câmara Municipal indicou os elementos que integram o mesmo, a saber: Presidente da Câmara Municipal, Presidenta da Assembleia Municipal, um Presidente de Junta eleito e em representação das freguesias, um representante da Administração Regional de Saúde, Diretores Executivos e Presidentes dos Conselhos Clínicos de Saúde dos Agrupamentos de Saúde, um representante das instituições particulares de solidariedade social, um representante da Segurança Social e um representante das associações da área da saúde. ----

-----Nesta sequência, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, nesse momento, seria efetuada a votação deste Regulamento e na próxima sessão da Assembleia Municipal proceder-se-ia à votação e nomeação do Presidente de Junta representante das freguesias.-----

-----Em virtude de não se ter registado qualquer pedido de intervenção ou de esclarecimento adicional, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta à votação. -----

-----Deliberação: Proposta aprovada, por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos. -----

**3.8. Apreciação e Votação do Projeto de Regulamento do Museu PO.RO.S – Portugal Romano em SICÓ.**

-----Foi presente a documentação mencionada em epígrafe. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal uma breve apresentação deste assunto, tendo este referido que o regulamento de funcionamento do Museu PO.RO.S que está a ser apresentado segue todas as



**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

disposições da Lei e visa permitir o acolhimento posterior na Associação Portuguesa de Museus. -----

-----Concluiu os esclarecimentos, considerando ser um regulamento que permite consubstanciar o funcionamento do Museu PO.RO.S com a aprendizagem adquirida ao longo do tempo de gestão deste Museu e da Unidade de Gestão de Equipamentos Museológicos, da qual faz parte o Museu PO.RO.S. -----

-----A deputada Diana Santos solicitou um esclarecimento acerca desta questão, indicando que o artigo 8º deste Regimento obriga à preparação de alguns documentos que a bancada do PSD tem vindo a solicitar. Prosseguiu a sua intervenção, perguntando ao senhor Presidente da Assembleia Municipal em que momento é que as contas do Museu PO.RO.S virão a esta Assembleia e se vai estar dentro do orçamento da Câmara. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal usou então da palavra para esclarecer que o Museu PO.RO.S faz parte da Câmara Municipal, não sendo uma entidade à parte, frisando que as contas deste Museu já foram disponibilizadas diversas vezes. Prosseguiu os esclarecimentos, considerando que um dos entraves à entrada na Associação Nacional de Museus é o facto do Museu ser pertença da Câmara Municipal, pelo que este regulamento será um primeiro passo para se alcançar essa adesão. -----

-----Concluiu a sua intervenção, reafirmando que o Museu PO.RO.S existe dentro da Câmara Municipal, uma vez que o orçamento da Câmara contempla as pessoas que nele trabalham, a energia e a água consumida. -----

-----Não havendo qualquer pedido de intervenção adicional, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta à votação. -----

-----Deliberação: Proposta aprovada, por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos. -----

**3.9. Protocolo de Cooperação celebrado entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Condeixa-a-Nova - Constituição da Equipa para a Igualdade na Vida Local de Condeixa (EIVL) – Indicação de representantes da Assembleia Municipal, para integrar a EIVL**

-----Foi presente a documentação mencionada em epígrafe. -----

-----No âmbito deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Vereador Carlos Canais que informou que se trata de um protocolo assinado entre o Município e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, estando prevista a criação de uma equipa para tratar desta temática no concelho de Condeixa. Esclareceu ainda que, em reunião de Câmara foram nomeados os membros que integrarão essa Equipa de Intervenção na Vida Local de Condeixa, faltando a designação dos membros





**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

da Assembleia Municipal que integrarão essa equipa, que serão entre dois e quatro elementos, sendo que um deles será, obrigatoriamente, um Presidente de Junta.-----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que recebeu uma proposta conjunta dos cinco grupos municipais que compõem esta Assembleia, com a sugestão dos seguintes elementos para integrar a referida equipa: Carla Gaspar, Alice Silvério, Eduardo Alcouce e Gisela Almeida. -----

-----Não havendo qualquer outro pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta à votação.-----

-----Deliberação: Proposta aprovada, por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos.-----

**3.10. Tomada de conhecimento da listagem dos contratos plurianuais celebrados no período de 16 de junho a 15 de setembro de 2022, nos termos do número 4, do artigo 6º, das Normas de Execução Orçamental**

-----Foi presente a documentação mencionada em epígrafe. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**3.11. Apreciação da informação do senhor Presidente da Câmara, nos termos do nº 2, da alínea c), do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.**

-----Foi presente a documentação mencionada em epígrafe. -----

-----O senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção, dando nota que Condeixa acolheu a 5ª edição do Festival Literário Internacional do Interior – Palavras de Fogo, que decorreu de 14 a 16 de junho, que surgiu na sequência dos graves incêndios de Pedrógão.-----

-----Informou também que se retomou a representação nas Festividades de Pedro e Paulo, que decorreu em Bretten. -----

-----De seguida deu conhecimento que, de 24 de agosto a 4 de setembro, oito jovens do Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova participaram no Festival da Juventude, que decorreu igualmente em Bretten, onde também esteve presente a senhora Vereadora Ana Manaia. A temática abordada foi “As alterações climáticas não conhecem fronteiras”, tendo sido uma apresentação que mereceu rasgados elogios. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal deu também nota de algumas atividades que tiveram participação do Município, nomeadamente o Rally Paper Maravilhas de Condeixa, as Feiras Municipais de Verão e o Torneio Interassociações de Futsal. -----

-----Foi feita referência ao balanço de atividade do GIP, tendo-se registado 275 sessões individuais de procura de emprego, 13 sessões coletivas, 40 apresentações de candidatos a





**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA**  
**Assembleia Municipal**

ofertas de emprego, 20 pessoas beneficiaram de atividade profissional e 38 candidatos beneficiaram de encaminhamento profissional.-----

-----Em relação aos deslocados da Ucrânia, informou que Condeixa acolheu 16 grupos familiares, num total de 20 adultos e 17 crianças, estando estas todas integradas nas escolas do concelho. -----

-----No âmbito das obras e no que se refere à reabilitação da Fábrica de Cerâmica de Conímbriga, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que esta obra segue a um ritmo considerado normal, o mesmo sucedendo na Escola da Ega e com o setor F nas muralhas de Conímbriga, comunicando igualmente que a obra da rua 1º de maio já se encontra concluída.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos, desejando boas férias e informando que a próxima Assembleia Municipal, caso as condições técnicas o permitam, será no Salão Nobre da Câmara Municipal. -----

**FINAL DA ATA**

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão eram dezoito horas e vinte e cinco minutos, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelos dois Secretários. -----

**O Presidente da Assembleia**

**O Primeiro Secretário**

**A Segunda Secretária**